



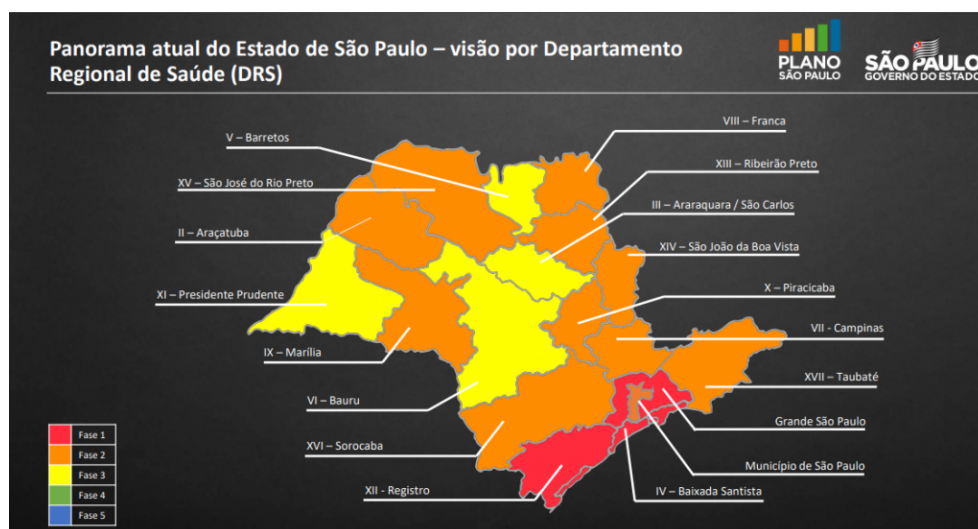
Leia nesta edição:

- Plano São Paulo: O que pode funcionar nas fases Vermelhas e Laranjas?
- Simplificação das Aberturas de empresa com a criação do Balcão Único
- Projeto do Governo prevê pagamento à programas sustentáveis?



Entenda as regras da quarentena contra Covid-19 na fase vermelha de SP

Fase vermelha da quarentena aos finais de semana e a partir das 20h nos dias úteis. Apenas serviços essenciais, como mercados e farmácias, podem operar nesses horários.



A fase vermelha da quarentena, que permite o funcionamento apenas de serviços essenciais, passa a valer das 20h às 6h em dias úteis a partir desta segunda-feira (25) em todas as regiões do estado de São Paulo.

O governo fez alterações no Plano São Paulo, que divide o estado em 17 regiões e regula o que pode funcionar em cada uma delas. A mudança foi anunciada pelo governo de João Doria (PSDB) na última sexta-feira (22) após mais uma semana de piora nos indicadores de Covid-19 no estado.

Segundo o plano, durante a fase vermelha, podem operar apenas serviços essenciais, como supermercados, padarias e farmácias (veja a lista completa abaixo). O atendimento presencial em lojas, restaurantes e lanchonetes fica proibido, mas serviços de delivery podem funcionar normalmente.

O que é o Plano São Paulo?

O Plano São Paulo determina as regras da quarentena no estado. Criado em maio de 2020, ele divide o estado em 17 regiões de saúde. A fase da quarentena em que se encontra cada região é determinada pelo governo estadual com base em indicadores de saúde como mortes por Covid-19, internações, ocupação de leitos de UTI. As cinco fases possíveis são:

- Fase vermelha (Alerta Máximo)
- Fase laranja (Controle)
- Fase amarela (Flexibilização)
- Fase verde (Abertura parcial)
- Fase azul (Normal controlado)



O plano estabelece quais setores da economia podem funcionar em cada fase e determina restrições, com horário de funcionamento e capacidade máxima dos estabelecimentos comerciais, em cada fase. A reclassificação de cada região é feita mensalmente mas, caso os indicadores sejam negativos, o governo pode fazer reclassificações extraordinárias.

O que pode funcionar na fase vermelha?



- Farmácias
- Mercados
- Padarias
- Açougues
- Postos de combustíveis
- Lavanderias
- Meios de transporte coletivo, como ônibus, trens e metrô
- Transportadoras,
- oficinas de veículos
- Atividades religiosas
- Hotéis, pousadas e outros serviços de hotelaria
- Bancos Pet shops Serviços de delivery ou entregas

O que pode funcionar na fase laranja?



- Todos os setores de comércio e serviços passam a ser permitidos.
- A exceção é o atendimento presencial em bares, que continua proibido.
- Capacidade de ocupação: 40% do público máximo de cada estabelecimento.
- Funcionamento máximo: até 8 horas por dia.
- Horário de fechamento: atendimento presencial somente o até 20h.
- Parques estaduais,
- salões de beleza
- academias:.

O que pode funcionar na fase amarela?



- Capacidade de ocupação:
40% do público máximo de cada estabelecimento.
- Funcionamento máximo:
até 10 horas por dia.
- Horário de fechamento:
atendimento presencial somente o até 22h em todos os setores, exceto no setor de bares, que pode funcionar até as 20h.

O que pode funcionar aos finais de semana?

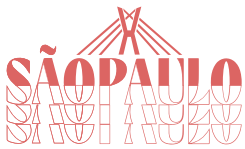


O governo de São Paulo determinou que todas as regiões do estado devem seguir as regras da fase vermelha da quarentena aos finais de semana, feriados e das 20h às 6h nos dias úteis.





Fase Vermelha



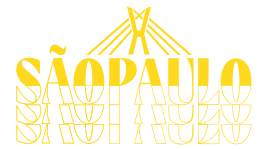
- Marília
- Franca
- Presidente Prudente
- Barretos
- Bauru
- Sorocaba
- Taubaté

Fase Vermelha



- Grande São Paulo
- Araçatuba
- Piracicaba
- Ribeirão Preto
- São José do Rio Preto
- Registro
- Araraquara
- Baixada Santista
- Campinas
- São João da Boa Vista

Fase Vermelha



- Demais municípios

Até quando valem as regras atuais?

As restrições dos finais de semana e feriados valem para todo o estado nos finais de semana dos dias 30 e 31 janeiro e 6 e 7 de fevereiro. Já as regras que limitam o funcionamento de comércio e serviços das 20h às 6h, em todos os dias úteis, valem até pelo menos 8 de fevereiro. Nenhuma região poderá avançar para as fases verde e amarela antes de 8 de fevereiro.

Quais são os critérios para determinar cada fase?

Os critérios usados para determinar a fase no Plano SP são relativos à capacidade hospitalar e ao avanço da pandemia em cada região. Os indicadores atualmente usados são:

- Taxa de ocupação dos leitos de UTI dedicados a pacientes com Covid
- Quantidade de leitos Covid a cada 100 mil habitantes
- Novos casos de Covid-19 a cada 100 mil habitantes
- Novas mortes por Covid-19 a cada 100 mil habitantes
- Novas internações por Covid-19 a cada 100 mil habitantes



Governo federal lança “Balcão Único” para simplificar a abertura de empresas

O Ministério da Economia acaba de lançar o “Balcão Único”, um sistema que permite a qualquer cidadão abrir uma empresa de forma simples e automática, reduzindo o tempo e os custos para iniciar um negócio no Brasil. O projeto – liderado pela Secretaria Especial da Receita Federal e pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME – foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

A primeira cidade a aderir ao projeto foi São Paulo, que tornou disponível o novo sistema na última sexta-feira (15/1) para os interessados em abrir um negócio no município. A próxima cidade a oferecer a facilidade aos empreendedores será o Rio de Janeiro. A implementação do Balcão Único é feita em parceria entre o governo federal e os governos municipais e estaduais. O Balcão Único é uma integração de dados entre os órgãos de cada esfera de Governo. O sistema é disponibilizado pela Junta Comercial do estado.



Por meio de um formulário único e totalmente digital, empreendedores podem abrir empresas em apenas um dia e sem necessidade de percorrer vários órgãos públicos

De acordo com o último relatório do Banco Mundial, divulgado em outubro de 2019, para abrir uma empresa nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, era necessário cumprir 11 procedimentos – alguns, em órgãos distintos – o que levava, em média, 17 dias e gerava um custo que representa 4,2% da renda per capita. Essa burocracia colocou o Brasil na 138ª posição no quesito “abertura de empresas”, entre os 190 países avaliados pelo Banco Mundial.

A transformação digital em um Balcão Único no modelo de one stop shop fará o Brasil ganhar posições no ranking mundial quanto à facilidade de fazer negócios.



Com o Balcão Único, a coleta de todos os dados necessários para o funcionamento da empresa é feita pelo preenchimento de um formulário eletrônico único, disponível na internet. Anteriormente, em São Paulo, o empreendedor tinha que entrar em quatro portais diferentes – dois no governo federal, um no estado e um no município – para realizar o registro e dar início ao funcionamento da empresa, além de realizar outros sete procedimentos medidos pelo Banco Mundial.

Agora, tudo poderá ser feito em um só ambiente virtual: recebimento das respostas necessárias da Prefeitura; registro da empresa; obtenção do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e inscrições fiscais; desbloqueio do cadastro de contribuintes; recebimento das licenças, quando necessárias; e ainda o cadastro dos empregados que serão contratados. O Balcão Único permitirá que os empreendedores possam, no momento da abertura da empresa, realizar o cadastro de empregados pelo e-Social.

Depois de São Paulo e Rio de Janeiro – cidades com maior concentração de negócios no país – o governo federal pretende expandir o projeto para todo o Brasil, beneficiando e estimulando empreendedores brasileiros e estrangeiros que queiram investir no país.

Órgãos envolvidos

Entre os órgãos envolvidos no projeto estão a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia; Sebrae Nacional e unidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo; Junta Comercial do Estado de São Paulo; a Prefeitura do Município de São Paulo; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).



Nova Lei de Falências entrará em vigor e Fisco poderá pedir falência de empresas em recuperação judicial

A nova Lei de Falências aprovada em dezembro começou a valer no domingo (24) e o Fisco ganhou um superpoder de decreto de falência.

No último fim de semana entrou em vigor a nova Lei de Falências (nº 14.112, de 2020) e, com isso, o Fisco ganha um superpoder: poderá pedir a falência da empresa em recuperação judicial caso haja descumprimento de parcelamento fiscal ou acordo.

O poder do Fisco também se estende a casos de esvaziamento patrimonial, que é uma estratégia adotada para evitar ou postergar o pagamento de dívidas tributárias.

Os contribuintes ficaram ainda mais apreensivos com as providências que poderão ser tomadas pelo Fisco em esferas federal, estadual e municipal, quando o presidente Jair Bolsonaro vetou as contrapartidas negociadas para as companhias em recuperação. Essas condições que estavam previstas eram benefícios fiscais aceitos pelo Ministério da Economia.



De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atualmente, o volume de dívidas das empresas em recuperação judicial é de R\$ 109,6 bilhões. Do montante, R\$ 96,2 bilhões estão em situação irregular, devido ao contribuinte não ter oferecido qualquer solução de pagamento ou garantia à dívida.



Pedidos de recuperação judicial

Foram registrados 1.179 pedidos de recuperação judicial no país todo em 2020. No ano anterior, haviam sido 1.387. O Serasa Experian diz que um dos motivos da redução nos pedidos foi a opção de muitos empresários por esperar a nova lei.

A possibilidade de a Fazenda Nacional poder pedir a falência se constatar esvaziamento patrimonial é um dos pontos que mais preocupa os especialistas.

Advogados destacam ainda outro ponto que envolve o patrimônio das empresas. O juiz perdeu poder. Atualmente, a jurisprudência permite a ele impedir a constrição de bens essenciais para o funcionamento de uma companhia. A nova lei, porém, diz que o magistrado tem competência para apenas determinar a substituição do bem que foi bloqueado para pagamento de dívida tributária.

Essas questões fiscais ficaram mais pesadas para as empresas depois da sanção da lei. O projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso previa, por exemplo, a inclusão do artigo 50-A na Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101, de 2005). Esse dispositivo aliviaria a tributação sobre o perdão da dívida de credores particulares.

As empresas em recuperação, nas negociações com os seus credores, geralmente obtém descontos generosos. Nesses casos, se a dívida original era de R\$ 1 milhão e, com o desconto, ficou em R\$ 600 mil, por exemplo, a companhia é obrigada a tributar a diferença, de R\$ 400 mil. Isso ocorre porque o valor referente ao perdão da dívida tem de ser contabilizado como receita.

O texto aprovado, nessas situações, liberava as empresas do pagamento de PIS e Cofins e permitia o uso de prejuízo fiscal para pagar o Imposto de Renda (IR) e a CSLL. Hoje, as empresas até podem utilizar o prejuízo fiscal, mas só até 30% do valor do débito.



Um outro artigo, o 6-B, também permitia o uso de prejuízo fiscal - sem qualquer limitação de valores - para pagar a tributação que incide sobre os ganhos que as empresas em recuperação têm com a venda de bens e direitos. Com o veto do presidente, as companhias, pela regra atual, continuarão tendo que respeitar o limite de 30% ao usar o prejuízo fiscal.

A Presidência da República, ao justificar os vetos, afirmou que as medidas acarretariam renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que estivesse acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Essa situação, informou em nota direcionada ao Congresso, violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vetos impactam o mercado

O mercado enxergou os vetos como uma traição do Ministério da Economia. Advogados que auxiliaram no projeto afirmam que o texto foi costurado junto com a equipe econômica do governo.

Esses vetos ainda podem ser revertidos pelo Congresso Nacional. Grupos de advogados já estão se mobilizando para tentar manter na lei os benefícios fiscais negociados.

Ficou mantido na lei, no entanto, um novo parcelamento de dívidas federais para as empresas em recuperação. A companhia poderá escolher entre duas modalidades: pagar os seus débitos em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em 84 meses.

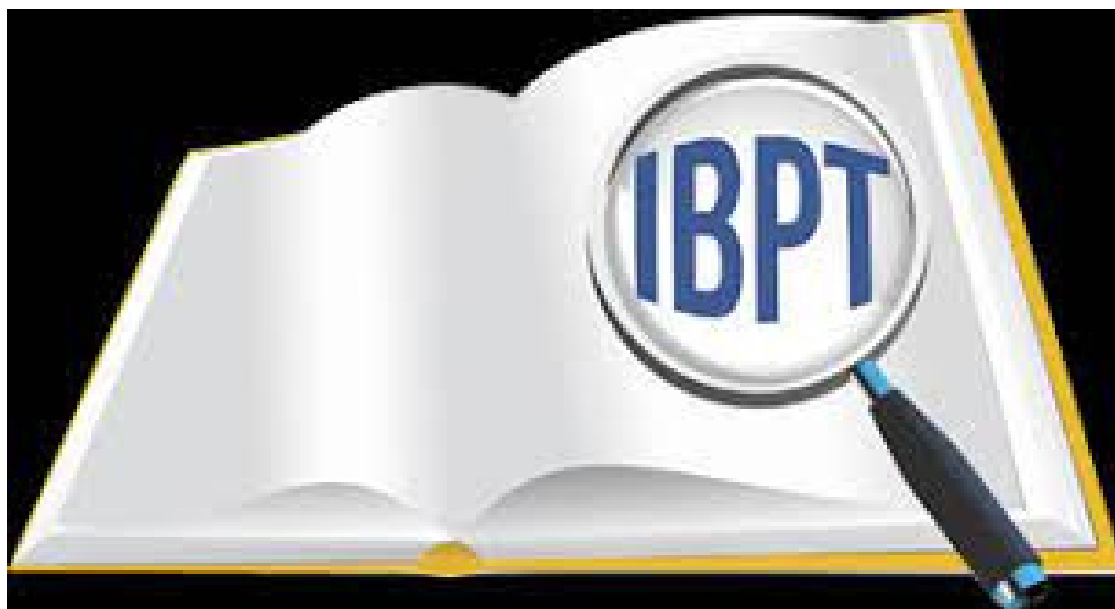
Se aprovado, as empresas poderão obter descontos de 90% em juros, multas e encargos legais. Não haveria, além disso, um número limite de parcelas. As prestações seriam calculadas com base em um percentual da receita bruta. Esse PL teve regime de urgência aprovado no mês de dezembro pela Câmara dos Deputados.

Brasil perde R\$ 417 bi por ano com sonegação de impostos, diz estudo

Levantamento do IBPT mostra que R\$ 2,33 trilhões não são declarados ao Fisco.

O Brasil deixa de arrecadar mais de R\$ 417 bilhões por ano com impostos, devido às sonegações de empresas. Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostra que o faturamento não declarado pelas empresas é de R\$ 2,33 trilhões por ano. As cifras foram calculadas com base nos autos de infrações emitidos pelos fiscos federal, estaduais e municipais.

Segundo o levantamento, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi o imposto mais sonegado em 2018. Já em 2019, a sonegação do imposto de renda superou o ICMS.



O IBPT descobriu que 47% das empresas de pequeno porte sonegam imposto. Já a taxa entre as empresas médias é de 31% e entre as de grande porte é de 16%.

Ao mesmo tempo, os valores sonegados são maiores no setor industrial, seguido pelas empresas de serviços financeiros e pelas empresas de prestação de serviços. O comércio ocupa a quarta posição. Mas se considerar apenas o ICMS, o setor do comércio é o que mais sonega, seguido das empresas industriais e das prestadoras de serviços.

O mês de novembro concentra a maior quantidade de autos de infração. Isso porque é o mês da Black Friday, quando há aumento no volume de vendas, tanto por ocasião da promoção quanto pelas vendas de fim de ano.

Esses valores, no entanto, são uma estimativa. A sonegação total pode ser maior do que a calculada. Isso porque os fiscos não conseguem autuar todos que sonegam. Existe ainda o outro lado da moeda, dos autos de infração extintos ao longo do processo. Segundo o levantamento, 65,49% do que foi sonegado foi efetivamente autuado.

Queda na sonegação



Apesar dos números na casa dos bilhões, a prática de sonegação está em queda no país. Em 2002, o índice de sonegação foi de 32% e em 2004 atingiu o pico de 39%. Esse número foi caindo ano após ano, e chegou a 15% em 2019. De acordo com João Eloi Olenike, presidente-executivo do IBPT, os mecanismos usados pelo fisco dificultaram a sonegação.

Por que o Pix ainda não pegou nas grandes varejistas

Empresas estão lentas na adoção do novo meio de pagamento do Banco Central e operações de Pix no comércio representam menos de 7% do total

Por Josette Goulart

Dois meses depois do começo do Pix, a maioria das grandes varejistas ainda não oferecem esta opção como um meio de pagamento alternativo aos boletos e cartão de débito em suas lojas. Nem mesmo empresas super tecnológicas como a Amazon já embarcaram no novo meio de transações lançado oficialmente pelo Banco Central em meados de novembro. O resultado é que o Pix feito de pessoa física para empresa ainda representa menos de 7% de todas as operações realizadas, segundo dados mais atualizados do Banco Central.



Padaria no Tatuapé, em SP, permite que cliente pague com Pix sem passar pelo caixa ./Divulgação

As explicações variam, mas esbarram na tecnologia. O consultor da Roland Berger, João Bragança, diz que claramente existe um desafio de integração de software das lojas, com o sistema de logística e suprimento, além de um problema de oferta das empresas de aquisição.

O diretor de carteira digital do Mercado Pago, Rodrigo Furiato, que está fornecendo a tecnologia para diversas varejistas diz que algumas grandes varejistas, clientes da empresa, decidiram esperar primeiro porque era arriscado mudar a tecnologia às vésperas de Black Friday e Natal, mas também porque muitos bancos ainda não estão operando com 100% de sucesso com a nova tecnologia. Assim, o cliente pode não ter uma boa experiência, segundo ele, caso seu banco não esteja oferecendo o Pix de forma consistente. Este é um dos motivos para o Mercado Livre, que é dono do Mercado Pago, ainda não ter adotado esta opção de pagamento.

[Leia mais em: Veja](#)



Anote aí!



SALÁRIO

05

FEVEREIRO



**E-SOCIAL
DOMÉSTICO**

05

FEVEREIRO



F.G.T.S.

05

FEVEREIRO



DAS - SN

19

FEVEREIRO

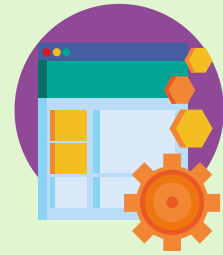
Anote aí



**INSS - DARF -
GPS**

19

FEVEREIRO



PIS - COFINS

25

FEVEREIRO

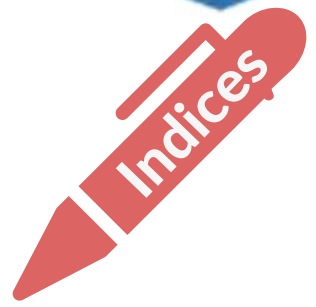


IRPJ - CSLL

26

FEVEREIRO

Anote aí



3° TRIM. 2020

-3,4%
VARIAÇÃO PIB



DEZEMBRO/2020

1,46%
INFLAÇÃO INPC



DEZEMBRO/2020

1,35%
INFLAÇÃO IPCA



3° TRIM. 2020

14,6%
DESEMPREGO
PNAD CONTÍNUA



ÚLTIMOS 12 MESES

23,14%
IGPM



2020

R\$ 1.045,00
SALÁRIO MÍNIMO



Destacamos algumas ações empreendedoras que podem inspirar você. Desafie-se.

JAMCHAM
Brasil **100**

WEBINAR | FUTURO DO MERCADO DE TRABALHO


28/01 - quinta feira das 9:00 às
10:30 horas



**EDUCAÇÃO
EMPREENDEDORA
SEBRAE**

CURSO DE GESTÃO
FINANCEIRA SEBRAE

ONLINE E GRATUÍTO



#Scale_Dica

Como Evitar As Demissões Dos Empregados Por Causa Das Fases Vermelhas E Laranjas.

Com o anúncio do Governo de São Paulo da fase vermelha como medida para reduzir os casos de contaminação do coronavírus, muitos empresários tiveram que fechar seus estabelecimentos, e não sabem o que fazer com seus empregados para evitar ao máximo as demissões.

Uma opção pode ser os acordos de suspensão e redução que ainda estão em vigor visto que o país ainda está sob o estado de calamidade pública devido à pandemia. Aqueles acordos que ainda não completaram 180 dias poderão ser retomados, e as reduções de jornadas podem ser uma boa saída para os estabelecimentos que funcionavam após as 20 horas e aos finais de semana.

Para quem já fez os acordos de suspensão e redução em sua totalidade podem usar o banco de horas previsto nas convenções coletivas.

Para evitar as demissões, o empresário poderia fazer um acordo próprio com seus empregados, somando as horas não trabalhadas em virtude das medidas de prevenção ao corona vírus e sua compensação em acréscimos nas jornadas diárias, trabalhos aos sábados ou dias de folga, etc. Junte seus empregados, sugira um acordo de compensação e peça ajuda da sua contabilidade para orientá-lo nos limites e possibilidades e também para redação do acordo para assinatura dos empregados.



Como funciona o banco de horas?

O art. 59 da CLT , em seu § 2º, com redação da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 , dispõe que poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias.

O mencionado dispositivo autorizou a adoção da prática popularmente conhecida como "banco de horas". Por meio desse mecanismo de armazenamento de horas trabalhadas além da jornada normal de trabalho, não será devido o pagamento do adicional de horas extras (no mínimo, 50%), desde que este excesso seja compensado pela sua correspondente diminuição em outros dias de trabalho, de forma que, em um período máximo de 1 ano, o empregado tenha trabalhado exatamente a soma das jornadas de trabalho do correspondente período.

Ressalte-se que a Justiça do Trabalho, por meio da Súmula nº 85 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), consubstanciou seu entendimento no sentido de também ser válida, para o banco de horas, a negociação coletiva.



Grupo se reúne para proteger a Wikipédia do negacionismo climático

Eles trabalham juntos há anos protegendo do vandalismo a página sobre “mudança climática” da maior enciclopédia pública da internet

Um grupo de sete editores é o maior responsável pelo verbete ser considerado como um dos melhores da Wikipédia em inglês. O grupo é liderado pela incansável holandesa Femke Njisse. “Eu sei os nomes deles, mas nunca vi ninguém pessoalmente”, contou à Agência Pública.

O verbete protegido tem mais de 57 mil caracteres e foi visitado 393.333 vezes nos últimos 90 dias, com média de 4.322 visitas diárias. Em 2019, o total de visualizações do artigo passou de 1 milhão e meio. Desde julho de 2015 foram contabilizados mais de 7 milhões de acessos às páginas.

Além dele, há mais de 2 mil verbetes sobre temas relacionados que são editados por 42 voluntários reunidos no WikiProject Climate Change, uma plataforma de trabalho colaborativo. Lá se determinam regras, prioridades e forças-tarefa como a africana “Africa Task Force”, que aborda mudança climática focalizando as relações com o continente.



Criada em 2001, a Wikipédia é uma enciclopédia on-line e pública que existe em mais de 300 línguas. São os editores voluntários que decidem todas as regras, sejam de convivência interna ou edição dos artigos. Como afirma seu lema, “todos podem editar”, e o que guia a tomada de decisões é o consenso entre seus editores.



A holandesa Femke virou editora da Wikipédia há sete anos, ajudando a melhorar artigos sobre a participação feminina na ciência. Sua primeira edição sobre mudança climática foi uma atualização: em 9 de março de 2014, corrigiu uma informação que afirmava que o Protocolo de Kyoto expiraria em 2012. Ela atualizou a página, afirmando que a medida que buscava redução das emissões de gases-estufa já havia expirado.

As edições foram se tornando cada vez mais constantes – tanto que ela já modificou 19% do verbete. “Gasto tempo demais”, confessa, entre risadas, à Pública. “Eu mais frequentemente corrijo informações e me certifico de que tudo está conciso”, descreve.



“A mudança climática é uma das maiores ameaças ao mundo de hoje. É algo que deixa as pessoas ansiosas, que já está ocorrendo, e existem pessoas com muito dinheiro lutando contra”, diz o engenheiro David Tetta, que iniciou sua atuação no verbete há cerca de um ano e meio.

Tetta trabalhou por mais de 34 anos na Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e já ministrou aulas na Universidade de Washington sobre o tema. “As possíveis consequências são catastróficas”, resume.

Vandalismo

“Eu entrei lá e deletei”, contou Tetta sobre o ato de vandalismo e negacionismo climático que encontrou na página no último ano. A afirmação “global warming is a hoax” [o aquecimento global é uma farsa] havia permanecido por algumas horas, e foi possível mesmo com a proteção do artigo, já que o então vândalo era um editor frequente de outros verbetes da Wikipédia.

O caso recente mostra que mesmo as restrições da enciclopédia podem deixar passar ataques. Em um artigo semiprotégido como o “Climate change”, só conseguem editar usuários com contas criadas há no mínimo quatro dias e ao menos dez edições feitas, o que reduz o vandalismo, mas não o barra completamente.





A proteção foi instituída justamente para impedir os ataques, como contou Femke: “Se você olhar no histórico, para o que a página era em 2008, você pode ver que era horrível e existia muita negação do clima e muitas discussões nada civis”, explica. Hoje as medidas de proteção e a existência de uma “comunidade vibrante” tornam o vandalismo “raro” na página principal.

A enciclopédia colaborativa tem também outras medidas que visam impedir o vandalismo, como a utilização de robôs, além da política de bloquear usuários anônimos e contas que incluem erros deliberadamente. Alex Stinson, da Wikimedia Foundation, estima que entre 85% e 90% dos ataques são identificados por softwares da companhia.

O empenho dos editores é motivo de orgulho para a Wikimedia Foundation, que gerencia a enciclopédia colaborativa. “Nossos voluntários são alguns dos mais apaixonados e precisos compartilhadores de conteúdo que poderiam ser encontrados”, afirmou à Pública Stinson.



A página “Climate change” já foi editada 24.666 vezes, por 5.042 editores, voluntários desde que foi criada, em 2001.

Em dezembro, 30 editores modificaram o artigo 261 vezes.

Na seção de perguntas frequentes do artigo, pelo menos 17 entre 24 questões duvidam dos fatos e da responsabilidade humana sobre o clima. “Existe realmente um consenso científico sobre as mudanças climáticas?”, é a primeira pergunta.

“Sim”, respondem enfaticamente os editores.



O maior editor no Brasil

A Wikipédia em português, que inclui público de países como Brasil, Angola, Moçambique e Portugal, tem mais de 1 milhão de artigos.

A página “Aquecimento global” foi visitada 91.183 vezes nos últimos três meses, o que gera uma média diária de 1.002 visualizações. Em 2019, contabilizou mais de 810 mil acessos.

Ricardo André Frantz, que assina como Tetraktys, é o principal editor do artigo em português, responsável por 64% das edições e mais de 50% do volume de texto de quase 150 mil caracteres. “O artigo do aquecimento global foi visitado nos últimos 12 meses por mais de 490 mil pessoas! Qual professor ou pesquisador ou palestrante tem acesso a um público como esse?”, pondera.

Ele considera que “a ciência tem sido posta em xeque pelo governo, cujos principais representantes, junto com boa parte da bancada do Congresso e nos legislativos e executivos estaduais e municipais, são negacionistas do problema climático”, o que também o motivou a editar.





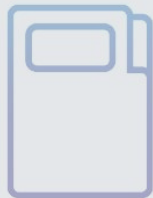
Em português, “Aquecimento global” é artigo destacado e protegido, como “Climate change”. Quem busca o tema na Wikipédia lusófona, portanto, sai com uma visão baseada nas evidências científicas e pouco espaço para o negacionismo, segundo concluiu o pesquisador Bernardo Esteves, que analisou os verbetes relacionados aos temas de mudança climática na Wikipédia em português.

Nem sempre foi assim. Quando Frantz começou a editar, “[o artigo] sofria muito vandalismo por editores anônimos, que tentavam impingir uma relativização indevida dos fatos. Ou apresentavam o tema como uma simples teoria sem comprovação, ou o negavam de todo”, segundo ele lembra.

Agora, o maior perigo é que dependemos da boa vontade dele. “E se o Tetraktys perder o interesse, desistir de editar a Wikipédia, ou algum motivo qualquer, será que aqueles artigos vão continuar bons daqui a uns dois anos? Será que alguém vai pegar essa função?”, questiona Esteves. A Wikipédia em inglês tem 12 vezes (129,081) mais contribuintes do que a lusófona (10.527). Quando você apoia a Pública, sua contribuição se transforma em jornalismo investigativo sério e corajoso, com impactos reais. R\$ 10 por mês já fazem uma grande diferença. Nos ajude a revelar as injustiças, abusos de poder e violações de direitos que se agravam em meio à pandemia.



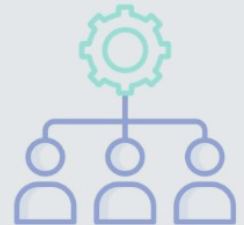
Scale You



Agradecemos a leitura.
Inscreva-se para receber este
informativo no seu e-mail.



[ACESSE AQUI](#)



Rua Embira, 346 -
São Paulo SP

(11) 2917.0971
Whatsapp (11)

Rua Carlos Bertini,
41 - Lapa - São
Paulo- SP

3673.4766

